

Ensino Superior e Empresas de Arqueologia: uma relação imprescindível

LUIZ OOSTERBEEK

PROFESSOR COORDENADOR DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

1. INTRODUÇÃO

A vida é a arte do encontro, apesar de haver tantos desencontros na vida, dizia Vinicius.

A realidade empresarial é, provavelmente, uma das duas mais importantes marcas da arqueologia portuguesa dos últimos 10 anos, sendo que a outra é a preponderância dos discursos turístico-cultural e ambiental. Em conjunto, marcam uma mudança de paradigma para o exercício da profissão.

Este debate tem o mérito de sublinhar que o Ensino e o Mundo Empresarial são coisas distintas, que se cruzam em muitas esferas, e que a arqueologia é uma delas. Ou seja, sublinha que a arqueologia não é apenas uma área de produção de conhecimento e cultura; é, também, uma área de mercado, geradora de postos de trabalho e de lucros.

O diálogo entre estas duas realidades não é fácil em geral, e é especialmente difícil em Portugal. Na arqueologia como no resto da sociedade.

Para que o debate seja profícuo, convém assumir que se parte de pontos de arranque diversos, de perspectivas divergentes, mesmo que se possam, e devam, encontrar na *praxis* das nossas vidas.

2. A RELAÇÃO, DO PONTO DE VISTA DO ENSINO SUPERIOR

a. Investigação

Não é este o espaço para rever toda a origem da arqueologia como área de saber, mas convirá começar por sublinhar que, desde a sua origem, ela se assumiu vocacionada para a investigação e com um ancoramento epistemológico multidisciplinar. Se a tradição em certos países foi a de a enquadrar na História (e Portugal é disso exemplo), já muitos outros a situaram na Antropologia ou nas Ciências Naturais.

O ponto de partida académico, nesta discussão, que não pode deixar de ser um ponto de partida europeu e já não meramente nacional (pois é essa a nossa nova realidade institucional), é, pois, o de um Ensino Superior multi-disciplinar, vocacionado para a formação de investigadores numa multiplicidade de temas de complexidade tal que, em geral, nenhum profissional conseguirá dominar plenamente na sua maioria.

Em Portugal, todos sabemos a profunda crise, para não dizer desnorte, do nosso Ensino Superior. Não é por acaso que, quando países como a Turquia ou o Egipto já procederam à maior parte

dos ajustamentos previstos no processo de Bolonha, Portugal ainda mal começou, tem o processo dislexicamente organizado, e irá, como noutros contextos, ser obrigado a acatar decisões tomadas além-fronteiras por se ter demitido de participar activamente no debate europeu.

b. Processo de Bolonha

Tudo isto é relevante porque falar Ensino Superior, hoje, é falar do processo de Bolonha. Algo de que até se fala, mas cujo conteúdo é pouco conhecido. Sublinha-se, em geral, que o processo de Bolonha visa criar um sistema de graus comparável e compatível, que potencie a mobilidade de estudantes e profissionais (mercado de trabalho europeu), promovendo a avaliação da qualidade de um Ensino que se estruturará em 2 ciclos, formando doutores ao cabo de 8 anos de Ensino Superior. Mas do que é que se fala menos e é, paradoxalmente, crucial neste processo?

Bolonha prevê um ensino centrado na dinâmica do aluno e não dos docentes, com formação de competências discriminadas e não meramente generalistas, com base na chamada estratégia de Lisboa, para a competitividade. Prevê, também, a aprendizagem ao longo da

vida (de acordo com a Declaração de Praga, de 2001), retirando ao Estado a obrigação de assegurar a plena formação para o exercício de profissões e dando aos profissionais a responsabilidade de irem actualizando e aprofundando competências ao longo da vida, a partir do 2.º ciclo de ensino.

O segundo ciclo, pois, é tudo o que está depois dos primeiros três anos, e não apenas o Mestrado ou o Doutoramento.

O governo cessante, sem perceber nada de Ensino, percebeu a contabilidade da coisa: o Estado deixará de financiar o Ensino Superior, salvo excepções, a partir do 4.º ano.

Hoje, quase todos os países do Espaço Europeu e limítrofes (Áustria, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, provavelmente UK, os 10 novos, Turquia, Egipto, Marrocos, etc.) já incorporaram a base deste sistema de 2 ciclos, decidido finalmente em Berlim (2003). Em Portugal, há instituições em que nem sequer o sistema de créditos foi implementado!

Neste quadro, a arqueologia foi uma das seis primeiras áreas a estudar a questão, numa iniciativa promovida nos anos 90 e que culminou numa conferência de Uni-

versidades do chamado grupo SIGMA, em Tessalónica, numa reunião em que Portugal foi representado pelo nosso colega José d'Encarnação e em que eu próprio elaborei o relatório final de avaliação para a Comissão Europeia. Naquela altura, a arqueologia foi escolhida como área piloto e, na época, foi lançada a *arqueonet* e outras iniciativas, que, como sabemos, fracassaram. Já na época, a despeito dos esforços do nosso colega de Coimbra que coordenou uma sessão sobre mercado de trabalho, o desinteresse generalizado das Universidades europeias foi sublinhado pela presença de apenas 3 ou 4 colegas, sendo que os restantes, quase duas centenas, preferiram sessões mais entusiasmantes, como a investigação ou as novas tecnologias.

Conto estes episódios porque creio não terem ainda sido divulgados amplamente em Portugal e porque mostram bem o ponto de vista académico tradicional, não apenas em Portugal (no caso, aliás, José d'Encarnação foi o único que soube colocar frontalmente o problema).

O Ensino Superior de Arqueologia que temos em Portugal é de grande qualidade, e todos sabemos o prestígio que a comunidade académica portuguesa conquistou a nível internacional, que se

reflecte em inúmeras publicações e na realização de diversas reuniões científicas. Mas é um Ensino que, mercê do enquadramento institucional que tem em Portugal, responde a uma realidade que já não existe; é, de alguma forma, arqueologia de si mesmo.

Hoje, há um quadro institucional novo, que é europeu, que tem o objectivo estratégico de acelerar a massificação do Ensino Superior, assumindo que haverá dois ciclos, e que a selecção rigorosa se operará no segundo, formando especialidades. Pode contestar-se teoricamente esta opção, mas é estultícia permanecer como o país mais atrasado na sua implementação: tudo o que conseguimos é sermos ignorados.

Como em tudo na vida, para se ser verdadeiramente radical é preciso ter bom senso e perceber que o Ensino Superior não mudará sem ajudas externas, mas que o mundo exterior precisa do saber do Ensino Superior.

Referiria, como remate deste primeiro ponto, que, apesar de grande parte dos cursos ainda estar ancorada na História, e de a própria lei portuguesa o fazer, já existem diversos departamentos que procuraram escapar a esta lógica e de existir pelo menos uma licenciatura, em

Tomar, no quadro das ciências e tecnologias (ainda que com forte componente humanística). Esta diversidade é crucial, pois sem ela será impossível contrariar a invasão do mercado de trabalho nacional por colegas de outras nacionalidades, que em 3 anos serão muito bem preparados par, no espírito de Bolonha, desenvolver competências específicas como, por exemplo, de arqueologia ambiental, de arqueologia subaquática ou de espeleo-arqueologia.

É, por isso, negativo que o relatório universitário para a implementação do processo de Bolonha nas Humanidades, agora em discussão pública, coloque a arqueologia ou a conservação e restauro, e até o turismo, como meras especialidades da História ou das Ciências Sociais. É um erro trágico, pois não percebe que a força histórica da Universidade sempre se baseou na sua capacidade de prever as mudanças e não de as tentar, pateticamente, impedir. Este relatório define, para o 1.º ciclo de 3 anos, o conhecimento (presume-se que teórico) de técnicas de identificação, registo e recuperação de informação arqueológica (prospecção e escavação), técnicas de conservação (laboratório) e técnicas de datação; elaboração de plantas e perfis estratigráficos, desenho técnico e

bases de dados. Reserva para um 4.º ano complementar e para o 2.º ciclo a especialização, sem especificar conteúdos mas discriminando a arqueologia e a gestão patrimonial, bem como a conservação e restauro ou o turismo.

A prevalecer esta visão, os nossos alunos sairão do 1.º ciclo aptos para ir para o segundo e sabendo fazer apenas o que agora se ensina nas escolas profissionais. Como poderão resistir aos seus colegas formados para lá da raia de Espanha?

c. Politécnico e Universidade

Portugal tem dois subsistemas de Ensino, cuja definição é, com a originalidade que nos caracteriza, completamente anacrónica. Na confusão que tem sido a da gestão das qualificações profissionais, a verdade é que, globalmente, e com muitos erros e lacunas de qualidade, é no subsistema politécnico, e nas pequenas universidades, que mais dinamismo se regista. É normal que assim seja, e mais do que mérito ou demérito dos docentes, resulta do facto de as grandes instituições serem máquinas administrativas demasiado pesadas e com um poder muito superior ao da academia.

Um exemplo desta realidade é o facto de os Politécnicos terem, há muitos anos, o sistema de ciclos 3+2, que agora se irá implementar em toda a Europa. É, também, por essa razão que apresentam taxas de colocação no mercado de trabalho superiores às das universidades, mesmo em arqueologia (onde Tomar tinha, em 2003, uma taxa de 94,5%). Outro exemplo é o facto de o único programa *Erasmus Mundus* de arqueologia, reconhecido pela Comissão Europeia, estar sediado em Tomar, numa parceria com a UTAD.

Para a arqueologia, como aliás para as outras disciplinas, a superação da dicotomia entre os dois subsistemas é fundamental. Evitar conflitos corporativos, que nada têm a ver com os docentes de arqueologia mas constituem jogos de poder mais amplos, é essencial para credibilizar a nossa capacidade de intervenção nos processos de discussão em curso.

Os politécnicos tiveram, sobretudo, a possibilidade de promover a arqueologia de base científica, ou ligada à gestão do património, ou aos estudos de impacte ou, agora, aos estudos paleo-ambientais. Mas não há, hoje, razões para que se não concentrem as estratégias, e deveria existir uma comissão de arqueologia do Ensino Supe-

rior, com as instituições dos dois subsistemas. A actual realidade, em que as universidades preparam Bolonha na área das Ciências Humanas e os Politécnicos o fazem na área de Artes, só serve para dar aos nossos parceiros europeus uma imagem de debilidade e incapacidade. É certo que a iniciativa de assim proceder foi governamental, mas nunca, no passado, o Ensino Superior se afirmou por seguir de forma medíocre os ditames de poderes de circunstância.

Da articulação entre as experiências dos vários departamentos poderá nascer uma mais adequada base definidora de troncos mínimos de ensino, comuns, bem como do leque de “liberdades de escolha” que devem ser oferecidas aos estudantes. Um Ensino Superior com a “casa arrumada” deverá ouvir os antigos licenciados e as empresas (de arqueologia e não só) na preparação dos seus *curricula*, sobretudo fora desse tronco nuclear.

3. A RELAÇÃO, DO PONTO DE VISTA DAS EMPRESAS

a. Formação Profissional

Há um outro ponto de vista, ou de partida, que é o empresarial. Não serei o mais indicado para dele falar, em-

bora possua alguma experiência no tocante à avaliação de reformas universitárias nos países da Europa Central, que agora aderiram à União Europeia, e nos quais se colocaram problemas idênticos.

Deve assumir-se que o eventual crescimento do mercado de trabalho levará, como já está a ocorrer, à criação de empresas de dimensão e qualidade diferenciadas. Tais empresas procurarão, no Ensino Superior, coisas distintas, e o Ensino Superior deve ser capaz de formar quadros para empresas de dimensões variáveis, sempre numa óptica de qualidade. Não nos devemos preocupar, pois, com as necessidades das “más empresas”, cujo encerramento, na arqueologia, como no resto, deve ser desejado por todos.

A realidade empresarial é uma realidade hierarquizada, em termos de competências, com uma menor percentagem de lugares de liderança do que, tradicionalmente, a arqueologia tinha (no plano apenas académico), mesmo se o número absoluto de tais lugares for, naturalmente, superior.

A capacidade de resolver questões concretas (prospecção, escavação, cartografia, conservação, didáctica, etc.) e, sobretudo, a flexi-

bilidade são requisitos que me parecem cruciais. Aos quais haverá que associar a capacidade de reportar hierarquicamente e, em menor quantidade, a capacidade de liderar. Note-se que o ensino tradicional, pelo menos em teoria, está orientado sobretudo para esta última vertente, essencial mas, em termos numéricos, menos relevante no quadro da massificação.

A questão da flexibilidade, aliás, é essencial numa área profissional cuja dimensão está dependente, em larga medida, da dinâmica económica geral. As empresas e os seus arqueólogos deverão ser capazes de realizar, com competência, funções diversas, consoante as necessidades dos consumidores. Tudo palavras que ainda podem soar estranhas a muitos, mas que são rotineiras no espaço económico em que, nos últimos anos, se decidiu apostar para o crescimento da arqueologia.

Outro problema que as empresas precisarão de resolver será o de minimizar e rentabilizar os custos de pessoal. Isso significa que, o perfil profissional do graduado em arqueologia, no que diz respeito às suas competências práticas, deve ser claramente distinto do perfil do técnico-profissional.

Caso contrário, as empresas preferirão contratar estes últimos, sendo certo que a ló-

gica de Bolonha estrangula, de alguma forma, o ensino profissional pré-universitário.

Num quadro em que a arqueologia se comercializa, creio que os cursos de 1.º ciclo deverão incorporar o ensino relacionado com a formação e gestão de microempresas, que constituirão a maioria do mercado, sem dúvida alguma.

b. Mercado de trabalho

A realidade das empresas não pode ser encarada fora de uma discussão sobre o mercado de trabalho. Existem vantagens evidentes na definição legal da profissão de arqueólogo, mesmo que, ara muitos efeitos legais, ela ainda não exista. Mas, paradoxalmente, a defesa acérrima de uma visão demasiado restritiva do perfil de formação do arqueólogo reduz a flexibilidade deste e, assim, e mais uma vez à luz da lógica de Bolonha, a sua adaptabilidade ao mercado de trabalho.

Não possuímos estatísticas exactas, mas o número de profissionais da arqueologia não deverá estar muito afastado dos 700. Note-se que estes profissionais fazem coisas muito diferentes. Muitos fazem escavações e estudam artefactos e estruturas. Mas muitos desenvolvem trabalhos administrativos, ou de

fiscalização, ou de museografia, ou de ensino, ou de turismo. Se se limitasse o acesso dos licenciados em arqueologia à esfera do estudo, muitos dos actuais profissionais perderiam o seu emprego. Mas, se insistirmos em fechar as portas do exercício da profissão a colegas cujo estatuto profissional é reconhecido em termos europeus, uma das consequências possíveis é a de uma reacção similar por parte dos licenciados em turismo, ou em restauro, ou em gestão do património.

O mercado europeu evoluciona no sentido da quebra dos proteccionismos, do combate ao corporativismo. Pode discordar-se mas, mais uma vez, de nada servirá fazer de conta que não é essa a realidade.

Há dois anos, em Inglaterra, registavam-se 4.425 arqueólogos para cerca de 60 milhões de habitantes, ou seja, cerca de 1 para cada 13.500 habitantes, valor idêntico ao nosso, para um país muito mais pequeno. O salário médio dos arqueólogos ingleses é de £ 17,079 (cerca de 1700€/mês), face a um salário médio nacional de £ 19,167 (mais de 1900€/mês), resultado de uma relativa saturação do mercado, associada à quebra do ciclo construtivo das décadas de 80 e 90. À nossa escala, já vivemos esse fenómeno.

Em Inglaterra, a maioria dos arqueólogos trabalha a contrato no sector privado, como contratados (30%) ou consultores (3%). Os curadores de museus (15%), os académicos (15%) e a National Heritage (15%) vêm a seguir. 4% são dos museus nacionais e 4% de autoridades locais. Será este o nosso futuro?

c. Leis da concorrência e associações profissionais

Face a este quadro laboral, que está longe de ser específico da arqueologia, têm surgido, como todos sabemos, duas respostas opostas: uma de pendor liberalizador, que ameaça os direitos sociais e a estabilidade laboral, que é matricial para as sociedades europeias, e outra de pendor proteccionista, que procura ir resistindo ao processo sem verdadeiras alternativas e, no essencial, vai recuando, pouco a pouco, sem ser capaz de promover dinâmicas de crescimento.

Nada disto respeita à arqueologia enquanto ciência, cuja continuidade é um dever e necessidade da sociedade, dirão alguns. Mas diz respeito, no entanto, à arqueologia massificada e empresarial, porque não se pode ter as uvas e o vinho ao mesmo tempo.

É perigosa a interpretação da associação profissional,

que, ao recusar a inscrição de alguns licenciados em arqueologia por não serem de história, justificou o processo de criação de outra associação profissional, inserida numa dinâmica profissional europeia. Espero que este cisma seja momentâneo, mas não há dúvida de que a sua existência enfraquece a arqueologia globalmente. E não impede a realidade, pois licenciados das mais diversas origens, mesmo sem serem arqueólogos, continuam, e continuarão, a exercer a sua actividade de arqueologia. Em Portugal, perdemos sempre muito tempo com detalhes inúteis e, conseqüentemente, perdemos energias que deviam ser canalizadas para os espaços onde os debates conduzem a decisões.

É importante que, no diálogo entre as empresas e o Ensino Superior, se afirmem associações profissionais (seria preferível uma só) que contribuam para a regulação da profissão, sem a lógica imperial das ordens profissionais, que a Comissão Europeia rejeita e que, mesmo em Espanha, se não conseguiu afirmar. E é fundamental que tais associações ganhem representatividade por livre associação, o que só conseguirão se forem eficientes na compreensão dos equilíbrios que se têm de estabelecer entre parceiros

que têm pontos de vista e interesses diferenciados.

4. A RELAÇÃO, DO PONTO DE VISTA DA SOCIEDADE

a. Necessidades socioculturais: identidade e memória

É impossível conceber a relação entre Ensino Superior e Empresas sem pensar na sociedade, quer dizer, na dinâmica e nas necessidades sociais. Se a arqueologia tradicional pode ter diversas razões de ser, a arqueologia empresarial e, de uma forma geral, a actual dinâmica de expansão da arqueologia na sociedade (que ultrapassa a História da Arte ou a Conservação, por exemplo), só se justifica porque há um número crescente de cidadãos que por ela se interessam.

Vectores como a identidade e a memória, mas também o crescimento económico (por via da associação da arqueologia ao turismo), são os principais pilares do crescimento da profissão. Esta realidade é a nossa força, mas igualmente a nossa maior debilidade (como área de serviços). No início da década de 90, a cidade de Londres empregava 400 arqueólogos, na sua esmagadora maioria em acompanhamentos arqueológicos de obras urbanas.

Poucos meses após o início da primeira guerra do Golfo, esse número desceu para escassas dezenas: a indústria do betão, largamente controlada por sauditas e kuweitanos, estagnara. No nosso caso, todos vivemos com o horizonte de 2007, e o perigo da quebra dos financiamentos comunitários.

A sociedade precisará, cada vez mais, de “técnicos da memória”, mas em contextos recessivos irá procurá-los sobretudo nas vertentes de animação e turismo. Se não soubermos incorporar essas competências no perfil dos nossos formados e na definição da profissão, o futuro poderá ser muito mais difícil.

A razão pela qual o processo de Bolonha acentua a flexibilidade curricular é o facto de o sistema já não garantir empregos. Ou seja, prevê-se que os estudantes arrisquem na sua auto-formação, pois disso dependerá o, mais tarde, conseguirem um emprego. Uma sólida formação cultural, por isso, é o melhor passaporte para o futuro e deve constituir o tal núcleo central das futuras formações.

b. Exigência de qualidade: especialidades

Vivemos numa sociedade regida por controlos de qualidade, o que, aliás, é uma

confissão da má qualidade de muitos produtos e instituições.

A nova formação em dois ciclos prevê que, após um primeiro ciclo de competências gerais, se desenvolva um segundo de competências específicas. Como é que esta realidade se pode transpor para a arqueologia?

O caminho sugerido pelo relatório das Ciências Humanas para o Ministério do Ensino Superior, que situa a arqueologia, na prática, no 2.º ciclo, é uma possibilidade, mas que me parece redutora.

É preferível que no primeiro ciclo se possam formar arqueólogos com uma matriz associada a uma das principais áreas do saber: História, ou Antropologia, ou Ciências da Terra ou Ciências Naturais. A Europa forma arqueólogos, em 3 anos, em qualquer destas áreas, e seria “perder por falta de comparação” excluir qualquer delas por princípio.

Quanto ao segundo ciclo, ele deverá desenvolver competências mais específicas e acolher graduados de 1.º ciclos diferenciados. É, mais uma vez, a lógica de Bolonha. Mas que só terá sentido se se quebrar o mito de que qualquer arqueólogo pode estudar o que quer que

seja em arqueologia. Neste domínio, a sociedade será exigente na qualidade e as empresas poderão ajudar a identificar especialidades, temáticas ou técnicas, que seja vantajoso desenvolver a nível de Mestrado.

A tradição dos Mestrados mais recentes já vai nesse sentido, mas, por agora, choca-se com o facto de, à luz da lei, o Mestrado ser algo de inútil para efeitos profissionais. Será importante rever essa realidade, senão a nível de Mestrado, pelo menos ao nível de um 4.º ano de formação, que funcionaria como primeiro ano do 2.º ciclo. Mais uma vez, o processo de Bolonha prevê esta hipótese.

A este nível, o recentemente aprovado Curso Europeu de Gestão de Qualidade do Património Cultural pode ser um embrião de uma formação específica, preparando uma vertente profissional que, em pouco tempo, será legislação obrigatória no espaço da União Europeia.

c. Oportunidades económico-estratégicas e constrangimentos

A sociedade olha para a arqueologia com o olhar romântico da memória, mas, cada vez mais, com o olhar pragmático do turismo e da visibilidade. É certo que, também aqui, Portugal demora a reagir e nunca soube rentabilizar se-

riamente, fora da arqueologia, a nossa arqueologia. Como referia um colega nosso, na reunião da UISPP realizada no Instituto Franco-Português, em 2004, temos “pouco para mostrar” no congresso de 2006, não por não haver sítios e investigação, mas por não haver investimento na valorização.

Mas essa realidade mudará cada vez mais, por iniciativa portuguesa ou de investidores estrangeiros (que, nesse caso, tenderão a trazer os seus consultores de arqueologia, é bom não esquecer).

A arqueologia, na medida em que abraçou todas as materialidades do território, é hoje o principal instrumento da sociedade para se perspectivar a si mesma. E certos sítios, museus ou eventos são oportunidade de projecção de imagem, factor essencial no mercado.

A sociedade precisa, pois, de arqueólogos atentos a este fenómeno, capazes de nele intervirem na óptica da preservação dos bens arqueológicos e do não abastardamento do discurso interpretativo.

O quadro das oportunidades, contudo, está semeado de dificuldades. No mesmo dia em que os jornais anunciavam, há algumas semanas, que o governo pretendia reabrir a discussão sobre a

barragem de Foz Côa (desvario que até arrepiou a EDP!), o *Diário Económico* publicava uma entrevista do bastonário da Ordem dos Engenheiros, queixando-se dos arqueólogos e das dificuldades colocadas por estes ao avanço das obras.

As oportunidades estão cercadas de opositores, com os quais é preciso negociar com firmeza, afirmando uma comunidade profissional plural, flexível e rigorosa (porque assim será mais forte e credível), no quadro dos ritmos e tendências do processo de integração europeu.

Não tenhamos dúvidas de que, até 2010, irão encerrar portas muitas empresas e, talvez, alguns cursos. É prevendo a mudança que se pode contrariar os seus efeitos perversos.

5. AS MEDIDAS A TOMAR

As medidas a tomar, a curto prazo, são as que, empresas e instituições de Ensino Superior, se devem tomar em todas as áreas de Ensino e de exercício profissional, antes de 2006:

a. Criar um organismo permanente de debate, com representação das Universidades, Politécnicos, Empresas, Museus, Associações e Institutos estatais

O Ensino Superior deve ser capaz de superar a paralisia dos governos e de, mesmo informalmente, promover reuniões regulares das especialidades ensinadas em instituições dos dois subsistemas, assumindo assim o seu papel de liderança social e de não hiperdependência da dinâmica governativa. Em arqueologia falou-se, durante muitos anos, das vantagens de um Conselho Superior de Arqueologia que nunca se criou. O que nos impede de criar, por iniciativa conjunta do CRUP e CCISP, um fórum permanente dessa natureza?

b. Avançar com o sistema 3+1, definindo o arqueólogo em 3 anos e mais um de especialidade (grutas, subaquática, etc.).

As instituições de ensino superior devem promover cursos de 1.º ciclo, de 3 anos, com um tronco comum restrito e uma ampla variabilidade, que permita, em todo o caso, o exercício de competências profissionais claras. No primeiro ano do 2.º ciclo seria concluída a formação num perfil profissional mais específico, cuja preparação para a investigação deveria prosseguir num segundo ano, com teses de Mestrado. Mestrados com orientação para a Pré-História, a Arqueologia Urbana, a Arqueologia Regional, a Subaquática, ou as Arqueociências, serão evidentes profissões, suficientemente específicas a nível técnico para justificar que

“nem todos os arqueólogos as conseguem exercer”, devendo, pois, o Estado assegurar mais um ano de formação.

c. Incluir empresas e associações nos conselhos consultivos dos cursos de arqueologia

Sem a presença de entidades exteriores na discussão dos *curricula*, as instituições de Ensino Superior terão maior dificuldade de resposta, sobretudo ao nível das formações especializadas efectivamente necessárias. Tal não significa que o Ensino Superior deva abdicar da sua autonomia decisória, mas apenas que, como na sua origem, mantenha uma permanente relação com a sociedade.

d. Romper a visão de que a arqueologia é história (ou seja, a prazo, uma colecção de desempregados)

Qualquer formação de primeiro ciclo restritiva será suicidária no contexto europeu. O processo de Bolonha prevê que estudantes de diferentes engenharias partilhem grande parte da sua formação inicial, podendo, assim mais facilmente mudar de orientação; prevê o mesmo nas formações de economia e gestão e nas de humanidades. Romper com o espartilho disciplinar é essencial, face a um mercado de trabalho completamente diverso do que existiu no século XX.

e. Evitar o corporativismo, acentuando a pluralidade da formação

Em consonância, é desejável que os profissionais se organizem e valorizem a sua diversidade, sem cismas. Só assim serão interlocutores fortes.

f. Encabeçar o debate europeu (organizar uma sessão internacional sobre o tema em 2006)

Toda a estrutura formal deverá mudar até 2006. Haverão cursos europeus regidos a nível plurinacional (como o *Erasmus Mundus*). Existirão consórcios empresariais supranacionais. A mobilidade interna de estudantes, similar ao actual programa *Erasmus--Sócrates*, será implementada obrigatoriamente. Serão criados cursos novos, de duração mais curta, para responder a necessidades específicas e conjunturais. Em todos estes processos, em Portugal, devemos não apenas participar, mas liderar e, dessa forma, condicionar a ulterior dinâmica, dessas inovações.

São apenas seis medidas e dependem exclusivamente da vontade das instituições de ensino superior, das empresas e demais organismos da arqueologia nacional. Pela parte do Departamento de Gestão do Território do Instituto Politécnico de Tomar, contem com a nossa total colaboração.

Europa do conhecimento entre universidades e empresas. ...

Em cada - Páginas 66

as entre universidades

iversidades e empresa